

A VERDADE COMO LIMITE IDEAL

CAETANO ERNESTO PLASTINO

Resumo: Peirce toma como verdadeiras as conclusões estáveis obtidas, a longo prazo, pela aplicação sistemática do método de pesquisa científica. Como notou Hacking, o realismo interno (pragmático) de Putnam duplica o processo de levar ao limite, pois acrescenta que também as normas ou padrões de racionalidade são produtos históricos que podem evoluir com o tempo e postula, no limite da investigação, uma situação epistemicamente ideal. Nossa intenção é examinar criticamente a proposta de Putnam de caracterizar a verdade como uma idealização da aceitabilidade racional.

Abstract: Peirce thinks that the truths are the stable conclusions reached by scientific inquiry continued long enough. As Hacking remarked, in Putnam's internal (pragmatic) realism there is a double limiting process because the methods of inquiry can themselves grow. This paper aims at discussing Putnam's view that truth is an idealization of rational acceptability.

Tradicionalmente, a concepção da verdade como correspondência é parte integrante de uma semântica realista. Desse ponto de vista, a verdade de uma proposição consiste em sua relação de correspondência com os fatos do mundo objetivo, ainda que não tenhamos meios de reconhecê-la como verdadeira. Para o realista, o mundo é que torna uma proposição verdadeira ou falsa. Entende-se, assim, que os valores de verdade das proposições geralmente não dependem da consciência, dos pressupostos teóricos, do equipamento lingüístico ou de nossa capacidade de conhecer. (Só dependem quando se tornam o assunto de que se fala.) O mundo em si, independentemente de qualquer representação que dele se faça, é que determina quais são os valores de verdade das proposições. Trata-se,

Caetano Ernesto Plastino é Professor Doutor do Departamento de Filosofia da USP.

pois, de uma perspectiva externalista que assume o “ponto de vista do olho de Deus”.

Segundo o realista, a verdade da proposição de que existiram dinossauros é, portanto, independente de nossa existência e de nossas propriedades. Isso quer dizer que se essa proposição é verdadeira no mundo real, também é verdadeira em qualquer mundo possível similar ao real, mas que não possui sujeitos como nós. (A idéia de independência também pode ser analisada em termos de contrafatuais: se não houvesse sujeitos humanos, ainda assim o valor de verdade da proposição de que existiram dinossauros seria o mesmo.) Nesse sentido realista, a verdade é “radicalmente não-epistêmica”; ela não depende da justificação que lhe seja dada: uma proposição justificada pode não ser verdadeira e uma proposição verdadeira pode não estar justificada. Ademais, a verdade poderia ultrapassar os limites de nosso entendimento e de nossa apreensão sensorial dos aspectos da realidade.

Mas se a *definição* de verdade como correspondência é distinta (e não pode ser derivada) dos *critérios* de verdade, se os testes para a justificação de uma proposição não são suficientes para garantir sua verdade, então como é possível conhecer a verdade? Como é possível, pergunta Putnam (1983, pág. ix), estabelecer e constatar uma determinada relação de correspondência entre as expressões lingüísticas (ou as representações mentais) e os objetos exteriores, se “os constrangimentos (*constraints*) operacionais e teóricos que nossa prática pode impor a nosso uso de uma linguagem” sempre podem ser satisfeitos por *um número infinitamente grande de diferentes relações de referência*? De acordo com Putnam (1978), por haver mais de um modo correto de a linguagem mapear o mundo, “o que é um *único* conjunto de coisas *dentro de uma teoria correta* pode não ser um único conjunto de coisas ‘na realidade’” (pág. 135).¹

Um modo de evitar a solução cética consiste em interpretar a noção de verdade em termos epistêmicos numa perspectiva internalista. Por exemplo, numa abordagem anti-realista e verificacionista, “a compreensão de um (...) enunciado consiste em conhecer o que conta como evidência adequada para a asserção do enunciado, e a verdade do enunciado só

1. Davidson (1990) argumenta que a real objeção às teorias da verdade como correspondência é que “não há nada interessante ou instrutivo a que as sentenças verdadeiras possam corresponder. (...) se as sentenças verdadeiras correspondem a alguma coisa, todas elas correspondem à mesma coisa” (pág. 303).

pode consistir na existência dessa evidência” (Dummett, 1978, pág. 155). Compreender um enunciado é ser capaz de reconhecer as condições em que ele poderia ser justificado (ou corretamente asseverado). Nesse caso, as condições de verdade de um enunciado não transcendem uma verificação possível. A verdade não é independente de nossa capacidade de descobri-la, pois é entendida como o resultado de um processo de verificação (real ou possível). Assim, segundo Dummett, um enunciado não pode ser verdadeiro a menos que seja possível em princípio ter acesso epistêmico a sua verdade.

Todavia, dentre as asserções que satisfazem os critérios propostos de verdade (e assim são vistas como garantidas ou autorizadas pelas evidências relevantes), muitas revelam-se erradas e são substituídas por outras que parecem melhores. Além disso, não dispomos de boas razões para supor que o mesmo não ocorra com as demais (ainda que hoje possam parecer conclusivamente verificadas). Portanto, não devemos identificar a verdade com a justificação em um determinado contexto (ou a “assertibilidade garantida”). A verdade de uma proposição, como diz Putnam, é algo que ela não pode perder, ao passo que sua justificação é instável e relativa a um sistema de crenças. A dificuldade, comenta Davidson (1990), está em mostrar

como a assertibilidade garantida pode ser uma propriedade fixa e uma propriedade que depende da habilidade real dos falantes humanos em reconhecer que certas condições são satisfeitas. As habilidades reais aumentam e diminuem, e diferem de pessoa para pessoa. Não é o caso da verdade (pág. 308).

Uma alternativa (proposta por Peirce) consiste em caracterizar a verdade como o limite ideal de uma investigação conduzida racionalmente. Ou seja, a verdade é o que se obtém, a longo prazo, com a aplicação sistemática dos métodos racionais da ciência. Desenvolvida por Putnam em seu realismo interno (cf. Hacking, 1983), essa teoria da verdade encerra duas idéias centrais:

(1) a verdade é independente da justificação aqui e agora, mas não de *toda* justificação. Afirmar que um enunciado é verdadeiro é afirmar que ele poderia ser justificado, e (2) presume-se que a verdade seja estável e ‘convergente’; se um enunciado assim como sua negação pudessem ser ‘justificados’, mesmo em condições tão ideais quanto se possa esperar, não haveria sentido em pensar o enunciado como *tendo* um valor de verdade” (Putnam, 1981, pág. 56).

Portanto, sem pretender formular uma exata definição de verdade, Putnam explica a noção de verdade como uma idealização da aceitabilidade racional e, portanto, como um conceito-limite objetivo e transcultural.² Segundo Putnam, a verdade é um ideal regulador em direção ao qual nossa investigação racional deve convergir. Para a maioria dos enunciados, existem condições epistêmicas melhores e piores, embora ele saliente que “não há uma simples regra geral ou método universal para saber que condições são melhores ou piores para justificar um juízo empírico arbitrário” (1983, pág. xvii). Ainda que Putnam reconheça que a “verdade” é tão vaga e dependente do inte-resse e do contexto quanto *nós*, e que não há uma matriz fixa e a histórica de padrões de racionalidade, uma tese central do seu realismo interno é que se trata de uma questão objetiva a de “qual seria o veredito se as condições fossem suficientemente boas, um veredito a que a opinião deveria ‘convergir’ se fôssemos razoáveis” (1983, pág. xviii). Em termos comparativos, “deve haver um sentido objetivo em que alguns juízos sobre o que é ‘razoável’ são melhores que outros” (Putnam, 1987, pág. 74), não importa qual seja o contexto histórico e cultural.

Mas se não temos a mínima idéia de o que pode ser corretamente asseverado por nós em situações epistemicamente ideais, que papel a verdade (no sentido do realismo interno) pode desempenhar na prática e no avanço da ciência?³ Aliás, o que seria para uma investigação ter um fim ou alcançar seu limite? Para que se possa reconhecer uma tal verdade, é preciso reconhecer 1) o que é uma investigação ideal e 2) em que ponto ela alcançou o seu limite. De fato, é difícil imaginar um resultado da pesquisa científica que sobreviveria a todas as objeções que pudessem ser levantadas, pois não temos como antecipar tudo que possa ocorrer durante uma conversação. (Cf. Rorty, 1982, Cap. 9) Além disso, não é necessário haver sistemas “maximamente bons” (Field, 1982, pág. 566), ou seja, para cada sistema científico, sempre poderia haver outro melhor.

2. Desse modo, Putnam defende a existência de uma íntima relação entre o real e o racional: “o único critério para o que é um fato é o que é *racional* aceitar” (1981, pág. x).

3. No realismo interno de Ellis (1985), a verdade é “o que deveríamos acreditar, se nosso conhecimento fosse perfeito, se estivesse fundado na evidência total, fosse internamente coerente e estivesse teoricamente integrado da melhor maneira possível” (pág. 68). Ellis admite que são grandes os problemas em explicar adequadamente esse conceito de *perfeição*. Além disso, tal noção de verdade é, do ponto de vista do agente, totalmente indiferente a suas crenças atuais sobre a realidade.

Contudo, se “considerar uma certa investigação como *ideal* é supor que não se deveria questionar seu resultado” (Horwich, 1990, pág. 63), ou que foram eliminadas as possibilidades de erro, então podemos estar seguros (da verdade) das conclusões fundamentadas a partir de uma tal investigação. A afirmação de que uma investigação ideal conduz à verdade torna-se, entretanto, uma consequência trivial da própria caracterização da investigação ideal (como a que estabelece resultados para além de qualquer controvérsia) e da verdade (tal que a proposição de que p é verdadeira se e somente se p), e por isso não detém nenhuma força explicativa.⁴ Desse modo, podemos com Davidson (1990) suspeitar que

se fossem explicitadas as condições sob as quais alguém está idealmente justificado em asseverar alguma coisa, ficaria claro que ou essas condições permitem a possibilidade de erro, ou elas são tão ideais que não fazem uso da tencionada conexão com as habilidades humanas (pág. 307).

Por outro lado, ainda que toda investigação ideal resulte em conclusões verdadeiras, não se segue que todas as proposições verdadeiras possam ser alcançadas por uma investigação ideal. Talvez existam hipóteses que mesmo em condições ideais não poderíamos justificar sua afirmação ou negação. Horwich (1990, págs. 63-64) considera, a título de exemplo, as proposições com conceitos vagos, as teorias subdeterminadas pelos dados e certas suposições probabilísticas. Ou ainda, admitindo que seja verdadeira a proposição de que a quantia total que Frank Sinatra gastou com camisas é exatamente US\$ 86,526.33, ninguém jamais terá razões para aceitá-la (cf. Field, 1986, pág. 57).

Além disso, por que haveria uma situação ideal única em que as opiniões poderiam ser corretamente julgadas? Ou, em termos comparativos, por que existem objetivamente *melhores e piores* situações epistêmicas *com respeito a enunciados particulares*, como supõe Putnam? (1990, pág. viii).

Parece-nos, pelas evidências históricas, que as preferências por certos objetivos cognitivos e as avaliações epistemológicas variam com o tempo e dependem do contexto da pesquisa científica, sem que seja preciso

4. Em sua crítica da definição pragmática da verdade, Quine (1960) conclui que “o método científico é o caminho para a verdade, mas nem sequer em princípio fornece uma definição unívoca da verdade” (pág. 23).

postular “um término ideal” ao diálogo humano. Em oposição ao objetivismo epistemológico de Putnam (e também ao relativismo epistemológico radical), entendemos que é possível, *em certas ocasiões*, justificar uma teoria T_1 com respeito aos princípios e valores de uma perspectiva epistêmica E_1 (por exemplo, que permite hipóteses sobre inobserváveis) e ainda justificar uma teoria alternativa T_2 (incompatível com T_1) com respeito aos princípios e valores de outra perspectiva epistêmica E_2 (por exemplo, do empirismo indutivista), mesmo na ausência de uma fundamentação independente que sem petição de princípio “favoreça inequivocamente” E_1 ou E_2 . A justificação de uma crença é sempre relativa a um sistema de crenças (e metacrenças)⁵ e, havendo uma disputa entre E_1 e E_2 , poderia não haver acordo racional quanto à aceitação de T_1 ou T_2 , mesmo que tivéssemos à disposição todas as evidências possíveis. (Seria uma forma de relativismo cognitivo fraco ou moderado.) Pelo contrário, quando uma das perspectivas epistêmicas é legitimamente preferida a outra (pela comparação de seus méritos relativos, a partir de um meta-sistema), tal escolha racional não pressupõe (como condição de possibilidade) um meta-sistema objetivo ou correto (em todo tempo e lugar) que permita justificar de modo absoluto. Ou seja, a possibilidade de transcender nossas práticas presentes por outras práticas futuras (que expressem *o melhor de nós*)⁶ não requer uma noção de “validade universal” ou de “aceitabilidade para uma comunidade ideal” (cf. Rorty, 1993). Ao transcendermos nossa própria cultura não nos encontramos numa situação fora de todo contexto histórico, não precisamos ser levados ao absolutismo (ou objetivismo).

A avaliação epistêmica é sempre feita dentro de um amplo sistema de crenças fatuais, metodológicas e valorativas, que dependem uma das outras e podem sofrer mudanças ao longo do tempo. Um exemplo disso seria o modelo reticulado de racionalidade científica proposto por Laudan (1984). Segundo Laudan, as teorias, métodos e objetivos (cognitivos) de uma tradição de pesquisa científica estão interligados por relações de dependência mútua. Com o tempo, podem ocorrer revisões e mudanças

5. É preciso notar, como ressalta Field (1982), que essa concepção relativista da *justificação* não envolve a noção de *verdade relativa*.

6. Por “*nós*” entendemos aí, diz Rorty (1993), “*nós educados, sofisticados, tolerantes, liberais, pessoas que sempre estão dispostas a ouvir o outro lado, a considerar todas as implicações*” etc. (págs. 451-2).

racionais nos três níveis da rede de compromissos científicos. Num processo holístico de reajustes parciais no interior dessa rede, cada uma de suas partes pode ser modificada e aperfeiçoada, de modo paulatino e local, com base em outras partes que temporariamente são admitidas, desde que certas condições relevantes sejam satisfeitas. E diferentes caminhos racionais podem ser seguidos no intento de aumentar a consistência entre os valores explícitos e implícitos na ciência. É possível assim compreender a objetividade e racionalidade das reformas científicas (na ontologia, na metodologia ou na especificação dos objetivos epistêmicos) sem assumir que exista algum núcleo fundamental de princípios e juízos de racionalidade invariantes que estejam na base ou no fim da evolução da ciência. Desse modo, “o reconhecimento do fato de que os valores e objetivos da ciência mudam em nada impede nosso uso de uma noção robusta de progresso científico cognitivo” (Laudan, 1984, pág. 65).

Assim, o conhecimento é considerado como progressivo em termos relativos, isto é, com respeito a um sistema científico provisoriamente aceito. De acordo com esse relativismo “mitigado”, podemos conceder “juízos de superioridade relativa” em certos domínios de investigação, ainda que não exista “um ‘ponto de vista objetivo’ a partir do qual podemos mostrar que o progresso ocorreu; só podemos dizer que o progresso ocorreu *em relação aos padrões que hoje aceitamos*”, ao contrário do que sugere Worrall (1988, pág. 274). Não temos de pressupor algum tipo de correção (*rightness*) objetiva ou investigação ideal para compreendermos as mudanças racionais da ciência. Como salienta Kuhn (1970), compreendemos o progresso da ciência de modo retrospectivo, comparando um paradigma com seus predecessores, não como um processo dirigido a um fim último e perfeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVIDSON, D. (1990) "The Structure and Content of Truth", *Journal of Philosophy* 87.
- DUMMETT, M. (1978) *Truth and Other Enigmas*, Harvard University Press.
- ELLIS, B. (1985) "What Science Aims to Do", in Churchland P. & Hooker C. (eds.) *Images of Science*, University of Chicago Press.
- FIELD, H. (1982) "Realism and Relativism", *Journal of Philosophy* 79.
- . (1986) "The Deflationary Conception of Truth", in McDonald, G. & Wright, C. (eds.) *Fact, Science and Morality*, Basil Blackwell.
- HACKING, I. (1983) *Representing and Intervening*, Cambridge University Press.
- HORWICH, P. (1990) *Truth*, Basil Blackwell.
- KUHN, T. (1970) *The Structure of Scientific Revolutions*, University of Chicago Press, segunda edição.
- LAUDAN, L. (1984) *Science and Values*, University of California Press.
- PUTNAM, H. (1978) *Meaning and the Moral Sciences*, Routledge & Kegan Paul.
- . (1981) *Reason, Truth and History*, Cambridge University Press.
- . (1983) *Realism and Reason, Philosophical Papers, Volume 3*, Cambridge University Press.
- . (1990) *Realism with a Human Face*, Harvard University Press.
- QUINE, W. (1960) *Word and Object*, MIT Press.
- RORTY, R. (1982) *Consequences of Pragmatism*, University of Minnesota Press.
- . (1993) "Putnam and the Relativist Menace", *Journal of Philosophy* 90.
- WORRALL, J. (1988) "The Value of a Fixed Methodology", *British Journal for the Philosophy of Science* 39.